



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
CÂMPUS VII - SUMÉ**

NORMA MARGARETE SOUSA DA SILVA

**ESTUDO DAS PRÁTICAS ECONÔMICAS APLICADAS NA
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES
RURAIS (ACAFESV) DO SÍTIO FEIJÃO, NO MUNICÍPIO DE SERRA
BRANCA-PB**

**Sumé – PB
2017**

NORMA MARGARETE SOUSA DA SILVA

**ESTUDO DAS PRÁTICAS ECONÔMICAS APLICADAS NA
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES
RURAIS (ACAFESV) DO SÍTIO FEIJÃO, NO MUNICÍPIO DE SERRA
BRANCA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Sumé – PB
2017

S586e Silva, Norma Margarete Sousa da.

Estudo das práticas econômicas aplicadas na Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ACAFESV) do Sítio Feijão, no Município de Serra Branca - PB. / Norma Margarete Sousa da Silva. - Sumé - PB: [s.n], 2017.

45 f.

Orientadora: Professora. Dr^a Lenilde Mérgia Ribeiro Lima.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano..

1. Práticas econômicas. 2. Economia Solidária. 3. Associações rurais. 4. Sítio Feijão – Serra Branca - PB. I. Lima, Lenilde Mérgia Ribeiro. II. Título.

CDU: 334.73(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

NORMA MARGARETE SOUSA DA SILVA

**ESTUDO DAS PRÁTICAS ECONÔMICAS APLICADAS NA
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES
RURAIS (ACAFESV) DO SÍTIO FEIJÃO, NO MUNICÍPIO DE SERRA
BRANCA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: ____ / ____ / 2017

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. LENILDE MÉRGIA RIBEIRO LIMA – CDSA-UFCG
(Orientadora)



Prof. Dra. ADRIANA DE FÁTIMA MEIRA VITAL – CDSA-UFCG
(Examinadora interna)



Prof. Dra. LÍGIA MARIA RIBEIRO LIMA – DESA-UEPB
(Examinadora externa)

Sumé – PB
2017

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos avós, Judite Tereza de Sousa e Eufrásio Firmino de Sousa, que partiram dessa vida há alguns anos. Por serem analfabetos e reconhecerem a importância da educação, sempre me incentivaram a estudar. DEDICO.

In Memoriam

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter tornado possível a realização desse trabalho e por me manter firme diante dos obstáculos que surgiram durante o processo.

Aos meus pais Francisco das Chagas Sousa e Maria Quitéria Sousa da Silva pela compreensão dos motivos da minha ausência em momentos importantes das nossas vidas.

Ao meu esposo, Rosemberg Costa, pelo amor, carinho, amizade e paciência que tem dedicado a mim e aos nossos filhos durante todo o tempo que nós estamos juntos. Muitos foram os desafios e dificuldades enfrentados, mas nossa união só se fortalece a cada novo obstáculo vencido.

À Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima, pela orientação carinhosa, pelo exemplo e incentivo, que nos ajudaram nessa jornada.

À Coordenação Geral do Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, na pessoa da Profa. Dra. Crislene Rodrigues da Silva Moraes.

À Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus de Sumé, por proporcionar este Curso de Especialização, do qual tenho orgulho de participar.

À banca examinadora, pela disponibilidade em participar da apresentação deste trabalho.

Aos professores do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

Aos colegas, pela amizade e compartilhamento das suas experiências vividas. Em especial Ramaiana, Eveline e Josinaldo pelo carinho e amizade que fortaleceram essa caminhada.

À “Associação do Sítio Feijão”, que permitiu a nossa presença em sua sede.

Aos meus filhos Rafael, Renaly e Rian que me impulsionam a perseguir novos projetos de vida.

À minha sogra e cunhadas, pelo incentivo diário e divisão de tarefas, assumindo a responsabilidade para com os meus filhos e com a minha casa quando precisava me ausentar.

À minha amiga Simone Calixto que me ajudou em todas as etapas, sem ela não teria conseguido êxito.

RESUMO

SILVA, Norma Margarete Sousa da. ESTUDO DAS PRÁTICAS ECONÔMICAS APLICADAS NA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS (ACAFESV), DO SÍTIO FEIJÃO, NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA-PB.

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista. (UFPB/CDSA), Sumé, 2017.

As associações comunitárias rurais são criadas com o objetivo de integrar as ações dos associados em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade à qual pertencem. Cada comunidade tem uma cultura e estrutura própria. Este trabalho objetivou traçar o perfil socioeconômico dos membros da Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ACAFESV), da comunidade Feijão, no Município de Serra Branca- PB. A pesquisa abordou a questão da Economia Solidária como ferramenta de desenvolvimento. A estratégia da pesquisa empregada foi o levantamento bibliográfico e coleta de dados, mediante entrevistas com os associados. A partir da análise dos resultados, concluiu-se que a realidade organizacional da associação comunitária rural, no Sítio Feijão, está ligada às relações e à convivência na comunidade e a principal fonte de recursos é oriunda dos próprios associados. Identificou-se que a associação desenvolve práticas de Economia Solidária, visto que trabalham visando o benefício de todos, dividindo a renda obtida com a venda de seus produtos para investir na própria associação.

Palavras-chave: Associações. Economia Solidária. Perfil Socioeconomico.

ABSTRACT

SILVA, Norma Margarete Sousa da. **STUDY OF ECONOMIC PRACTISES APPLIED IN ASSOCIATION OF RURAL COMMUNITIES DEVELOPMENT (ACAFESV), FROM FEIJÃO FARM, IN MUNICIPALITY OF SERRA BRANCA-PB.** Monograph presented to Postgraduate Course in Youth and Adult Education with Emphasis in Solidarity Economy in Paraíba's Semiarid, as a requisite for obtaining Specialist title. (UFCG/CDSA), Sumé, 2017.

Rural community associations are created with purpose of integrating actions of members in order to improve productive process and for community to which they belong. Each community has its own culture and structure. This work aimed to outline socioeconomic profile of members of Association of Rural Communities Development (ACAFESV), from Feijão community, in Municipality of Serra Branca - PB. The research addressed Solidarity Economy issue as a development tool. The strategy of research employed was bibliographical survey and data collection, through interviews with associates. Based on the analysis of results, it was concluded that the organizational reality of rural community association, in Feijão Farm, is linked to relations and coexistence in community and the main source of funds comes from members themselves. It was identified that association develops Solidarity Economy practices, since they work for benefit of all, sharing income obtained with sale of its products to invest in the association itself.

Keywords: Associations. Solidarity Economy. Socio-economic profile.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1 O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL	16
3.2 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	17
3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	19
3.4 A EDUCAÇÃO DENTRO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	22
3.5 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	24
3.6 DESCRIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ACAFESV	26
4 METODOLOGIA	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	44
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos associados da ACAFESV.....	44
APÊNDICE B – Termo de livre consentimento apresentado aos entrevistados	46

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, utilizam-se indiscriminadamente diferentes termos e definições como economia social, economia solidária, economia popular, economia informal, economia paralela, movimento alternativo, terceiro setor, dentre outros, para designar uma gama de movimentos e organizações coletivas de produção, de trabalho, de crédito, de habitação e de consumo (OLIVEIRA, 2005).

Porém, o mais utilizado é a “Economia Solidária” que, seguindo a tendência europeia, surge no contexto atual de crise do trabalho e especialmente do emprego. Trata-se não de um conceito fechado, mas de uma noção aberta, pois se pauta pela distribuição, ao invés da restrita acumulação de lucro. É, portanto, uma economia pensada e organizada em outros termos, tendo como grande valor a cooperação, não a competição (OLIVEIRA, 2005).

A Economia Solidária, seja por meio de associações, cooperativas ou atividades solidárias, ganha cada vez mais espaço no Brasil. Um novo solidarismo popular expressa-se na prática e no ideário de um número crescente de empreendimentos econômicos, levados à frente por trabalhadores premiados pela falta de alternativas de subsistência ou motivados por suas convicções. Esses empreendimentos se organizam das mais diversas formas, em associações informais ou grupos comunitários de produção, cooperativa e pequenas empresas (GAIGER, 2004).

A denominação Economia Solidária serve para descrever o conjunto de empreendimentos e organizações que buscam coletivamente a produção de bens e serviços essenciais à sua sobrevivência, agregando os princípios essenciais do cooperativismo formulados em 1844, como a relação um membro/um voto, independentemente do capital investido; autonomia de

gestão com relação tanto a poder público, como ao capital privado; prioridade ao trabalho e às pessoas e não ao capital; necessidade de discussão coletiva dos critérios relativos à remuneração e a propriedade coletiva do empreendimento (OLIVEIRA, 2005).

A Economia Solidária surge no espaço intermediário entre Estado, mercado e setor informal, por meio das famílias, comunidades e redes que exercem um papel político e social, não apenas econômico (OLIVEIRA, 2005).

O que ganha importância neste tipo de economia é a capacidade de coordenação dos atores sociais diante das alterações no interior do sistema produtivo, ressaltando o papel da governança na economia política local. Todo esse universo não deve se encontrar deslocado do contexto macroeconômico nacional, que exerce importante determinação sobre as possibilidades do avanço ou retrocesso do desenvolvimento local ou regional (POCHMANN, 2004).

Sendo assim, houve o interesse de analisar que práticas econômicas estão sendo utilizadas na Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ACAFESV) do sítio Feijão, no município de Serra Branca-PB, para avaliar se os princípios da Economia Solidária estão sendo aplicados no dia a dia dos membros associados.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Estudar as práticas de Economia Solidária utilizadas na Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ACAFESV), do Sítio Feijão, no Município de Serra Branca-PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o perfil socioeconômico dos membros da associação ACAFESV, em Serra Branca-PB.
- Compreender a importância da Economia Solidária para o desenvolvimento da ACAFESV, investigando os princípios desta economia na gestão da associação.
- Analisar as ações dos associados em benefício da melhoria do processo produtivo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Karl Marx, no ano de 1867, mostrou a ideia de associação de trabalhadores, que inaugurou, posteriormente, uma Associação Internacional dos Trabalhadores. Depois de muitos embates, os trabalhadores conseguiram conquistar vários benefícios para a classe e, após uma luta de 30 anos, travada com notável perseverança, o proletariado inglês conseguiu que fosse aprovada a lei da jornada de dez horas. E, posteriormente, conquistaram a jornada de oito horas (SINGER, 2017).

Em 1930, ocorreram na União Soviética experiências em empreendimentos, mas as cooperativas eram obrigadas a vender sua produção para o estado pelo preço que o comprador determinava, deixando claro que a proposta do Estado era ter as cooperativas sob seu poder controlador, fazendo com que os trabalhadores permanecessem reféns do Estado, não tendo a liberdade de dar o valor real aos produtos produzidos pelos cooperados, ficando evidente que a autogestão somente existe se são os cooperados que decidem o que produzir e a quem vender seus produtos e por quais preços (SINGER, 2002).

Em maio de 1968, os estudantes e trabalhadores protestavam nas ruas de Paris e França, repercutindo em outros países, inclusive no Brasil nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os trabalhadores protestavam não apenas por aumento de salários, mas por trabalho digno, para ter melhor qualidade de vida. Os trabalhadores reivindicavam aumento da autoestima, maior participação nas decisões, mais controle sobre a vida diária-tudo o que implicasse a autogestão.

O quadro atual da economia mundial tem apontado nos sentidos de três grandes vetores: no plano econômico, a globalização e a consequente

competição internacional; no plano social, a regionalização, até como resposta aos efeitos da globalização econômica que obriga os países a reduzirem seus custos e “saírem” do assistencialismo; e, por fim, no plano político, a descentralização, pois cada região necessita de flexibilidade para arranjar seus fatores e tornar-se competitiva. (CASSAROTO FILHO, 2001).

Atualmente, o governo brasileiro conta, entre suas secretarias, com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), iniciada em 2004, a qual tem como órgão o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). No âmbito do SIES, de acordo com seu Termo de Referência, compõem os principais atributos da economia solidária (SÁ, 2005):

a) **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organizações coletivas: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas pelos trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres e jovens, dentre outros); clubes de trocas. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

b) **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas do empreendimento, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

c) **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção,

beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

d) Solidariedade: o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e na melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com o meio ambiente sustentável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentado da base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Economia Solidária é constituída, segundo Singer, por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. Suas unidades básicas são cooperativas de produção, de consumo, de comercialização, de crédito, onde não há separação entre capital e trabalho. Os empreendedores da Economia Solidária se diferenciam na sua forma organizacional. Seguindo os princípios da autogestão e de cooperação, o capital da empresa, em especial os meios de produção, são propriedades dos próprios trabalhadores, que gerenciam e administram o empreendimento com democracia e igualdade de direitos na tomada de decisão (FERREIRA, 2005).

Portanto, o empreendimento formal ou informal no mercado surge devido à necessidade de garantir o sustento da família, buscando a melhoria da qualidade de vida e oportunidade de trabalhar de forma digna.

3.1 O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

Com a crise do mercado de trabalho que atingiu o Brasil de forma significativa a partir da década de 1990, pode-se observar uma elevação das ocupações informais. A participação dos empregos informais que já vinha crescendo desde 1980, e aumentou expressivamente na década de 1990 (PNAD, 1999; RAMOS, 2002; SABADINI e NAKATANI, 2002).

O mercado de trabalho divide-se em **formal** ou **informal**, para Chahad (1988) e Mattoso (1999). O mercado de trabalho formal pode ser definido como aquele que atende às relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado e reguladas por legislação específica, também podendo ser considerado a partir do conjunto de trabalhadores que possui contrato jurídico, trabalham no setor público, profissionais liberais, trabalhadores vinculados com a Previdência Social, protegidos pelo seguro desemprego e os que possuem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Já o mercado informal é definido como a soma dos trabalhadores sem carteira assinada e que trabalham por conta própria, ou mesmo como o conjunto de trabalhadores que não contribuem para a previdência social.

Do ponto de vista de Singer (2006), o mercado informal acaba interferindo nos rendimentos dos trabalhadores formais. Para ele, os autônomos muitas vezes trabalham mais horas que as regulamentadas pela lei, já que ganham mais se trabalharem mais.

O crescimento do desemprego e a crise econômica têm empurrado cada vez mais os brasileiros para a informalidade, chegando a cerca de 11,2 milhões no Brasil, segundo dados de agosto de 2016, de acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). O crescimento do desemprego e a precarização das relações de trabalho que existe

nos países ocidentais gera uma massa de trabalhadores despreparados, desprotegidos pelo Estado e excluídos do mercado de trabalho tradicional. Essa exclusão obriga os trabalhadores a desenvolver alternativas diversas para sobreviver. Alguns encontram o crime como resposta, outros disputam pelas formas mais bárbaras de competição, os restos deixados pelo mercado, enquanto alguns escolhem se unir pela solidariedade (OLIVEIRA, 2005).

O sucesso de qualquer forma de Economia Solidária está intimamente relacionado aos membros que dela fazem parte. No caso da proposta de organização de um setor, os resultados são diretamente condicionados à qualidade do empenho dos atores interessados e à predisposição e capacidade de articulação destes. Esse tipo de cooperação está chamando a atenção de vários pesquisadores em todo o mundo, pela possibilidade de geração de emprego e de assegurar um desenvolvimento sustentado (CASAROTTO FILHO, 2001).

Portanto, as associações comunitárias, que funcionam com base nos princípios da Economia Solidária, são uma perspectiva de melhoria e geração de emprego e renda.

3.2 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

As associações comunitárias rurais são criadas com objetivo de integrar as ações dos Associados (agricultores e trabalhadores rurais) em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade à qual pertencem. Cada comunidade tem uma cultura e estrutura própria, as quais influenciam a forma de ação e organização das associações, que em muitos casos dependem de quem está à frente, como presidente, vice-presidente e tesoureiro (PROJETO ATIVAÇÃO, 2017).

As pessoas agem em grupo naturalmente quando desejam alcançar objetivos que são comuns. Entretanto, em certos casos como, por exemplo, nas produções e comercialização, a organização e o registro de uma associação pode facilitar a melhor participação do produtor e do trabalhador rural no mercado (SENAR, 2011).

Portanto, a importância das associações é tratada como uma forma dos produtores e trabalhadores rurais melhorarem a sua vida e a da sua família e comunidade enfrentando os desafios de um mundo cada vez mais competitivo.

Parte-se do princípio que as pessoas se associam para satisfazer necessidades, praticar solidariedade, promover mudanças e empreender esforços em conjunto, ou seja, é um trabalho desenvolvido de forma integrada e participativa, em busca do bem comum (GATTO, 2017).

Se as associações representam um grupo que almeja os mesmos objetivos, é fundamental que sejam devidamente organizadas, para que os órgãos responsáveis lutem por seus direitos (BITTENCOURT, 2011).

Uma associação legalmente registrada possibilita aos seus associados ter voz e se fazer ouvir na sociedade e nos espaços de decisão pública, como nos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, de educação, de saúde, de segurança, de meio ambiente, entre outros (SENAR, 2011).

Para representar seus interesses em câmaras municipais, em políticas e programas governamentais, até mesmo para obterem acesso a algumas linhas de crédito, os trabalhadores precisam se organizar (BITTENCOURT, 2011).

Segundo Graziano (1998), o Nordeste concentra o maior número de agricultores familiares, o que representa aproximadamente 49% dos agricultores nesta região.

3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

O conceito de Desenvolvimento Sustentável mais difundido é: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BARBOSA, 2008).

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, no processo preparatório para conferência das Nações Unidas, também chamada de “Rio 92”, foi desenvolvido um relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Nesse relatório estão firmados alguns acordos. No tocante aos recursos naturais, avaliar a capacidade da biosfera de absorver os efeitos causados pela atividade.

Este conceito foi firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência “Rio 92”, e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos e, mesmo assim, continua em construção segundo a maioria dos autores que escrevem sobre o tema (BARBOSA, 2008).

Diversas discussões a respeito do “desenvolvimento sustentável” abrem a questão de que é possível desenvolver sem destruir o meio ambiente. Desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável descrito no “Nosso Futuro Comum”, foi incorporado pelo Direito Ambiental, que deve ser firmado em princípios e normas específicas que visa uma relação equilibrada entre o homem e a natureza (PIES; GRÄF, 2015).

Segundo Maia, Catin e Filho (2016), é preciso “reorganizar” o estilo de vida, visto que o desenvolvimento sustentável depende principalmente da mudança ideológica, de valores, de atitudes e ações por todos os sujeitos que compõem a sociedade.

Para Dagnino (2016), o uso de tecnologia social, que são conhecimentos e técnicas aplicadas na produção de bens e serviços, torna capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários. Assim, o empreendimento que utiliza uma tecnologia mais barata, tem condição de competir com os empreendimentos de grande capital e possibilitar a inclusão social através de geração de trabalho e renda.

O desenvolvimento sustentável não pode ser apresentado como um “slogan” político. As condições ambientais já estão bastante prejudicadas pelo padrão de desenvolvimento e consumo atual. Deste modo, o desenvolvimento sustentável pode ser uma resposta aos anseios da sociedade (ANDERSON *et al.*, 2017).

Mediante o despertar e o processo de conscientização que se tem observado em trabalhos com agricultores, para os problemas relacionados ao meio ambiente e a importância da organização em cooperativas e do manejo sustentável das suas atividades agrícolas, torna-se necessário construir indicadores que possibilitem, numa perspectiva em longo prazo, a mensuração e a avaliação de forma detalhada e efetiva das modificações ocorridas nos sistemas de produção e que sejam de fácil aplicabilidade prática (DEPONTI *et al.*, 2002).

O método de cooperação entre um grupo de pessoas se baseia na ação conjunta, no trabalho coletivo de indivíduos associados livremente para por em marcha a obtenção de melhores condições econômicas, sociais, morais e civis. O movimento associativismo está apoiado numa filosofia nova, ou seja, seu

propósito é fazer vingar uma transformação pacífica, porém radical, das condições econômicas e sociais criadas pelo lucro desordenado dos capitalistas, onde prevalece a exploração do homem (SOUZA, 2000).

Sendo a participação da comunidade fundamental para o desenvolvimento local, o espaço participativo de uma associação é formado por diferentes visões de mundo e concepções de realidade. Constitui-se um dos acessos da comunidade aos acontecimentos políticos e econômicos, desempenhando um papel relevante à medida que capacitam os participantes na tomada de decisão a partir das próprias experiências (TEODÓSIO, s.d).

As organizações não-governamentais, numa concepção moderna de políticas sociais, apresentam diversas virtudes na execução de políticas públicas com eficiência e eficácia. Oferecem à comunidade melhores serviços, dados a proximidade do cidadão, maior agilidade, melhor utilização de recursos, valorização de soluções da própria comunidade, rompimento com o assistencialismo e geração de emprego e renda. Assim, poder-se-á desenvolver diferentes papéis na sua relação com o Estado e a sociedade (TEODÓSIO s.d).

O envolvimento dos atores sociais, com recursos e capacidades específicos, é um fator central para a sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento local; bem como o compromisso da organização. O processo deve agregar a atenção e reconhecimento dos participantes, envolvê-los como voluntários, assegurar fundos para implementação das ações, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento social (KISIL, 1997).

De acordo com Franco (2000), a globalização vem criando a necessidade de formação de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação de setores e de localidades. Para o autor, essa nova ordem socioeconômica requer uma visão de desenvolvimento local que posicione espaços socioterritoriais delimitados em face do mercado globalizado.

O desenvolvimento local possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir vocações locais, despertar suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais. Seus balizadores são capacitação para a gestão, diagnóstico e planejamento participativo, cooperação, fomento ao empreendedorismo, articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade e criação de uma nova institucionalidade participativa (FRANCO, 2000).

Para que se tenha uma verdadeira prática de ações sustentáveis é necessário que as associações disponibilizem uma educação ou, pelo menos, capacitações para que os membros das mesmas façam a diferença no contexto atual.

3.4 A EDUCAÇÃO DENTRO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

A necessidade de um emprego e a esperança de colocação no mercado de trabalho para se sobressair à crise a qual se enfrenta nesses últimos tempos tem resgatado muitas pessoas à sala de aula e à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), criada por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), 9.394/96 (BRASIL, 1996).

A busca pela oportunidade de trabalho, que é essencial e traz dignidade ao homem, motiva os jovens a começarem ou recomeçarem suas atividades escolares e aquisição de conhecimento, que proporcionará seu ingresso e permanência no mercado de trabalho.

O desafio para os educandos da EJA deve ultrapassar a barreira do letramento, possibilitando o exercício da cidadania. Para que o educando da modalidade EJA se mantenha interessado, o currículo deve ser diferenciado e

objetivo para contribuir de alguma forma com suas necessidades de aplicação no seu cotidiano, considerando que os mesmos trazem conhecimentos adquiridos nas suas vivências e participação no meio social do qual estão inseridos. Conseguir trabalhar esses conhecimentos prévios no ambiente escolar é desafiador e proporciona a possibilidade de transformação desses educandos, como menciona Macedo (2008). Este aluno deve receber uma educação que o liberte, desenvolva seu senso crítico numa educação democrática, tornando-se capaz de questionar sua realidade e viabilizar meios de possível transformação.

Ao formar pessoas capazes de gerar mudanças na sua realidade, o professor da EJA, além de livros e cadernos, deve ter uma relação amigável e próxima desses alunos, tendo em vista que há muitos ganhos e troca de conhecimento, visto que tanto se aprende, como se ensina (MACEDO, 2008).

Segundo Freire (2006), o conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Assim, percebe-se que o currículo trabalhado com o público da EJA necessita de uma relação com seu cotidiano, pois o processo se dá entre os sujeitos com diferentes trajetórias, histórias e experiências vivenciadas.

Acompanhando o pensamento de Freire, será despertado o “espírito” crítico e político dos educandos, sensibilizando os alunos e alunas a contextualizar, problematizar e conquistar sua liberdade com a compreensão do mundo, a leitura do mundo e sua transformação. E, assim, provocando inquietação nos educandos e a não acomodação com a realidade educacional e social em vigor (SILVA, 2017).

A educação nas associações é a educação popular que acontece

coletivamente no seio das organizações, como sindicatos, associações, cooperativas, assentamentos e que suas práticas e metodologias acabam influenciando as práticas educativas da educação dita formal, como as escolas. É dentro das organizações sociais, dos movimentos populares que se encontra a mais completa tradução e prática da Educação Popular, tendo como característica o respeito à identidade e luta pela igualdade (FREITAS, 2007).

3.5 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 2017).

A LDB afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornar cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a escola e os espaços extraescolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania. Consequentemente a educação é a base para o desenvolvimento socioeconômico, e o avanço em várias áreas do conhecimento.

Para Oliveira (2000), o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano; portanto, um requisito para eliminar a pobreza e construir uma vida mais digna. Nesse sentido, adverte que países em desenvolvimento como o Brasil não podem escolher entre crescer ou não, mas têm que necessariamente crescer.

Demo (2002) ressalta que o critério mais fundamental do combate à pobreza será conseguir que o pobre se faça sujeito de suas próprias soluções.

Assim, deve-se oferecer condições para a autonomia por meio da educação e trabalho de forma precisa e não compensatórias.

Numa breve análise das finalidades da educação convém notar que esta tem, como primeira finalidade, a formação da personalidade humana. É por meio dessa sua atuação fundamental que a educação atinge as finalidades mais vastas de reconversão da estrutura sociocultural. É, por isso, importante não limitar a educação, no sentido de esforço consciente na construção da personalidade de cada homem, ao ensino ministrado por uma forma sistematizada, que pode-se identificar com a transmissão socialmente organizada de estabelecer cultura. Com efeito, a educação não pode ignorar, por um lado, o ensino feito pelas próprias estruturas sociais e pelo meio ambiente, veículos transmissores da cultura, e, por outro, a formação adquirida por reflexão própria sobre os dados apreendidos na experiência (em confronto ou não com os dados ensinados), que constitui o esforço pessoal de elaboração de cultura. É nesta dimensão mais ampla que devem ser entendidas as interações e dependências entre a educação e o progresso social (GOMES, 2017).

À medida que níveis mais complexos de escolaridade se abrem para segmentos mais amplos de trabalhadores, em razão de necessidades colocadas pelo desenvolvimento tecnológico e por todas as mudanças no sistema capitalista, é necessário reformular os currículos, repensar a duração dos cursos de nível pós médio e mesmo superior, tendo em vista adequá-los à nova segmentação do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, demarcá-los relativamente aos cursos direcionados para a formação de gestores e de capitalistas (BRUNO, 2011).

A educação de boa qualidade sendo de acesso a população em geral, assegura o processo científico-tecnológico do país, o desenvolvimento harmonioso da personalidade, e a mobilidade vertical da sociedade ao

proporcionar chances iguais a todas as classes sociais. Assim, as pessoas poderão concorrer no mercado de trabalho igualmente, ou seja, aqueles que forem mais hábeis serão os melhores colocados, sem distinção da classe social a que pertença inicialmente (FURLAN, 2009).

Sendo assim, a educação e desenvolvimento socioeconômico estão interligados, e o crescimento de um destes fatores, proporciona o crescimento do outro.

3.6 DESCRIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ACAFESV

O município de Serra Branca está localizado na região semiárida na microrregião do Cariri Ocidental, a 226 km da capital João Pessoa, com uma população estimada em 13. 637 mil habitantes, com uma área territorial de 738,743 km² (IBGE, 2014). A comunidade do Feijão está localizada a cerca de 3 Km do município sede, sentido município de São José dos Cordeiros, estrada de acesso trafegável, com entrada logo após a torre da Radio Serra Branca FM.

Sentindo a necessidade de uma organização social para discutir os interesses da comunidade, os moradores se reuniram e formaram a Associação Comunitária dos sítios Feijão, Serrinha, Várzea Nova, Veloso, Aroeiras, Pau-ferro e Sítios Vizinhos. Iniciou sua caminhada com 202 sócios, sendo atualmente chamada de Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ACAFESV) da comunidade Feijão (Figura 1), e composta pelos sítios Feijão, Aroeiras, Melada e Boa Vista, tendo atuais 132 sócios. No que se refere à questão de gênero, a maioria dos associados (74) são do sexo feminino, e uma delas é a vice-presidente, desmistificando a questão de que só homens ocupam cargos relevantes dentro de associação.

Com a fundação da associação, as conquistas foram aparecendo, tendo

como exemplos: a perfuração de três poços comunitários em locais estratégicos para atender a comunidade, sendo um poço artesiano com instalação de cata-vento com reservatório para atender as necessidades dos animais e dos moradores, e dois poços do tipo amazonas. Outra conquista foi a edificação de uma sede própria utilizando a mão de obra dos associados, com material de construção doado pelos mesmos.

A associação encontra-se legalmente oficializada perante as instâncias Municipal, Estadual e Federal, com estatuto de acordo com o Código Civil Brasileiro. Possui CNPJ nº: 35.492.453/0001-67 e é presidida pelo senhor Edegedson Souza Rodrigues Dantas.

Figura 1 – Espaço físico da ACAFESV.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

As entrevistas foram realizadas nas dependências da própria associação, conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2 – Reunião para a entrevista dos associados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os recursos para iniciar os empreendimentos provêm de doações, sem a utilização de créditos ou financiamentos. Houve dificuldades para a obtenção de créditos, a exemplo da burocracia dos agentes financeiros, mesmo o empreendimento possuindo a documentação exigida.

Posteriormente, foram obtidos alguns tipos de apoio, assessoria e consultoria, a exemplo de qualificação profissional, técnica e gerencial, assistência técnica, formação (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária). As entidades que fornecem apoio ao empreendimento são órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs), Igrejas, Associações e conselhos comunitários, dentre eles o Serviço Brasileiro e Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Universidades e Incubadoras.

Os sócios ressaltaram que, devido ao longo período de escassez das chuvas nos últimos 06 anos, houve limitações na produção mas, mesmo assim

continuam desenvolvendo algumas atividades, dentre elas a produção de hortaliças (Figura 3), a criação de ovelhas (Figura 4) e a criação de aves (Figura 5):

Figura 3 – Produção de hortaliças.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Figura 4 – Criação de ovelha.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Figura 5 – Criação de aves.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4 METODOLOGIA

A abordagem utilizada neste trabalho foi caracterizada como exploratória e descritiva, sob a forma de um estudo de caso. Os atores sociais pesquisados foram os membros da Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ACAFESV) do Sítio Feijão, no município de Serra Branca-PB, envolvendo a realização de entrevistas a partir de um roteiro pré-estabelecido.

A pesquisa pode ser considerada como de ordem qualitativa e quantitativa, no qual os dados da pesquisa de campo foram obtidos a partir de entrevistas junto aos membros vinculados à associação, complementadas com dados secundários e a observação não participante semiestruturada.

Realizaram-se, inicialmente, pesquisas bibliográficas em textos publicados sobre o tema proposto e a análise de documentos coletados junto a instituições públicas e privadas. A estratégia da pesquisa empregada foi de levantamento, por meio de entrevistas e da busca para traçar o perfil socioeconômico dos membros da Associação do Sítio Feijão do Município de Serra Branca-PB.

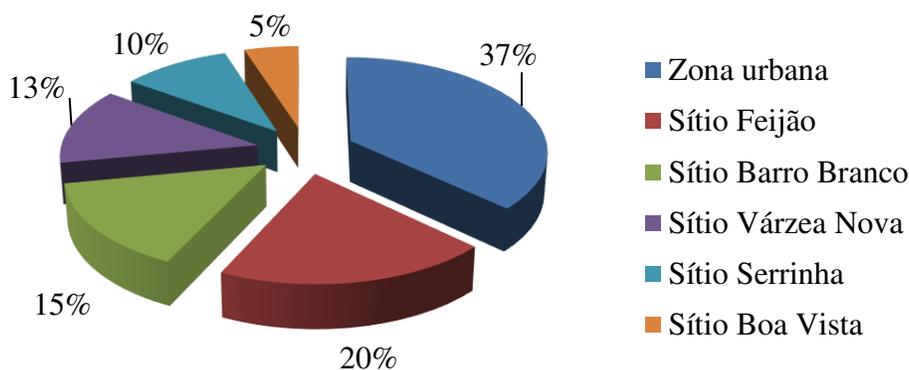
Dentre os recursos metodológicos utilizados estão: roteiro de entrevistas, registros fotográficos e anotações de campo. Estes recursos proporcionaram a reconstituição das percepções acerca da realidade dos membros da associação e seu perfil socioeconômico. Foram entrevistados 40 dos 132 associados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das respostas dos associados, que responderam ao questionário utilizado para as entrevistas, obtiveram-se os resultados para identificar o perfil socioeconômico destes.

A Figura 6 ilustra a quantidade de associados por localidade atendida pela ACAFESV.

Figura 6 – Quantidade de associados por localidade atendida.

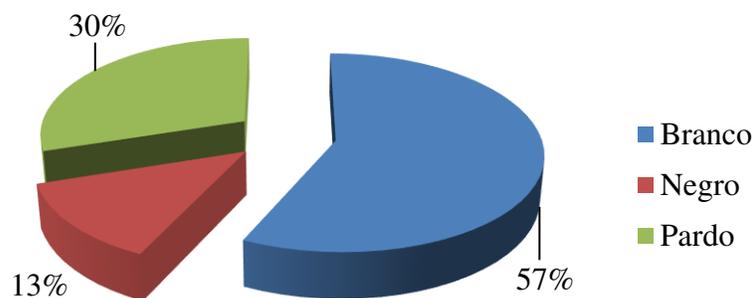


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A partir da Figura 6, observa-se que a maioria dos associados mora na zona urbana da cidade de Serra Branca. A porcentagem de habitantes no Sítio Feijão, objeto deste estudo, é de 20%.

A Figura 7 representa a distribuição de etnias, de acordo com a visão dos entrevistados.

Figura 7 – Etnia dos associados e associadas.

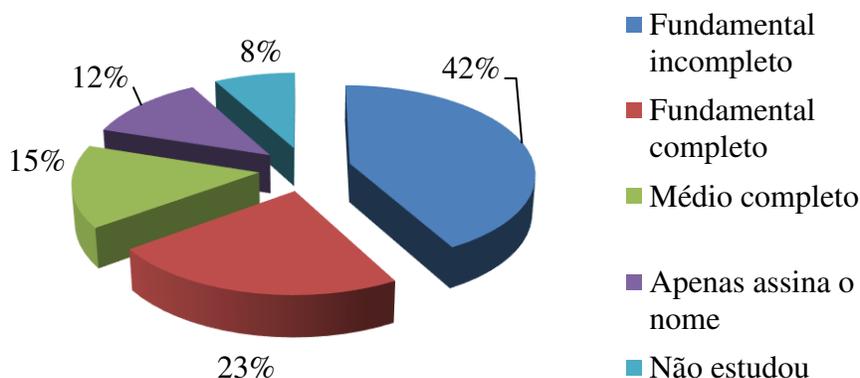


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Identificou-se, de acordo com a Figura 7, que os associados, em sua maioria (57%), se consideram brancos, enquanto 30% disseram ser pardos e apenas 13% responderam que são negros.

A Figura 8 refere-se ao grau de escolaridade dos associados e associadas.

Figura 8 – Grau de escolaridade dos associados (as).



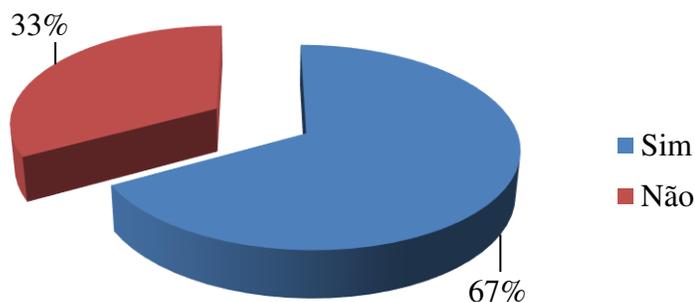
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Pode-se perceber, a partir da Figura 8, que a maioria (42%) não concluiu

o ensino fundamental. Observou-se um percentual alto (12%) de associados que apenas sabem assinar o nome.

A Figura 9 representa as respostas ao questionamento feito com relação à vontade que os associados têm de voltar a estudar.

Figura 9 – Identificação dos (as) associados (as) que gostariam de voltar a estudar.

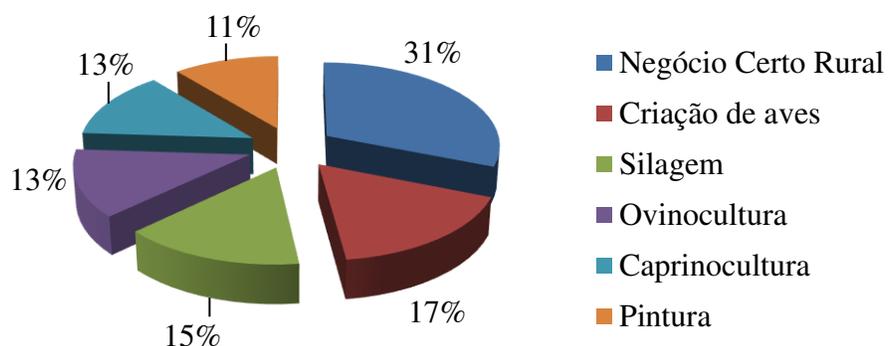


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com a Figura 9, a grande maioria (67%) relatou que gostaria de voltar a estudar, porém alegam algumas dificuldades, tais como falta de tempo, cansaço e até mesmo comodismo.

A Figura 10 representa o percentual de associados que se submeteram aos cursos de capacitação destacados.

Figura 10 – Cursos de capacitação já realizados.

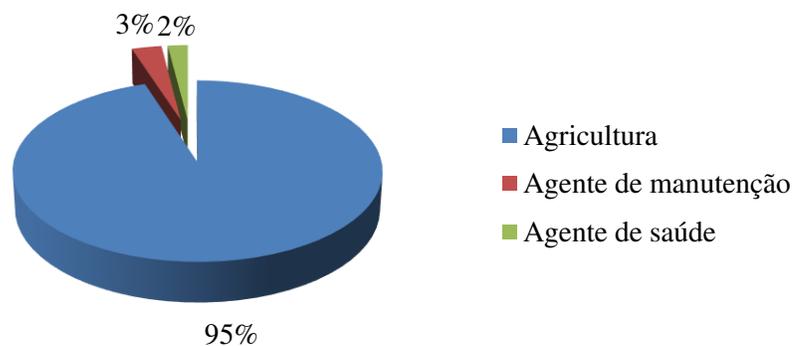


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conforme observado na Figura 10, a Associação consegue disponibilizar cursos de capacitação para seus associados e associadas. Os convênios para a realização destes cursos são proporcionados pelo SEBRAE e pela Prefeitura Municipal de Serra Branca.

A Figura 11 refere-se às atividades exercidas pelos associados, além de sua participação na associação.

Figura 11 – Atividades exercidas pelos associados (as).

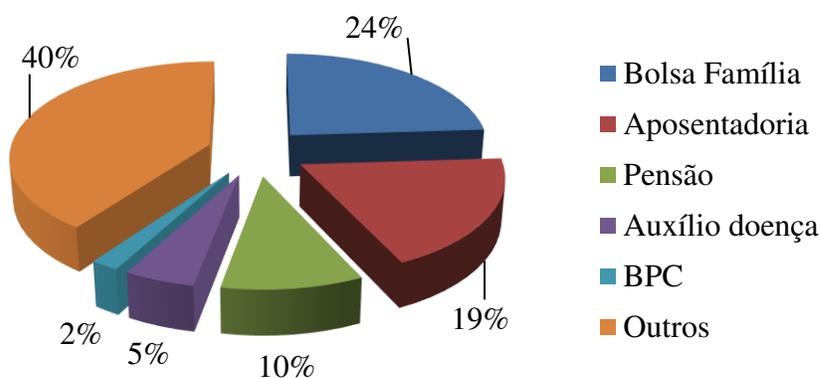


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Pode-se perceber, a partir da Figura 11, que a maioria dos associados (95%) vive e trabalha na agricultura.

A Figura 12 representa os benefícios ou atividades recebidas pelos entrevistados que contribuem para o aumento de sua renda.

Figura 12 – Benefícios recebidos pelos associados (as).

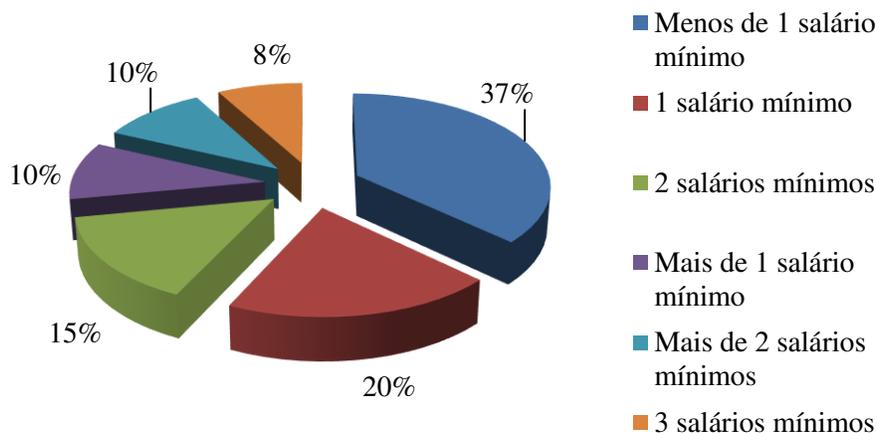


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com a Figura 12, grande parte dos associados e associadas recebem benefícios ou pensões que complementam sua renda. Dentre os 40% que responderam que praticam outras atividades, estão incluídas agricultura, criação de animais, fabricação de cercas e Garantia Safra.

A Figura 13 refere-se à faixa de renda mensal recebida pelos entrevistados.

Figura 13 – Faixa de renda mensal recebida pelos associados (as).



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com a Figura 13, apesar da renda familiar predominante ser menos de um salário mínimo (37%), a média da renda por família que participou da pesquisa, é considerada boa para a região, visto que supera o valor de um salário mínimo.

5.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ACAFESV

O empreendimento está organizado na forma de uma Associação, cujos objetivos são desenvolver uma atividade da qual todos sejam “donos”, complementar a renda dos seus associados, obter acesso aos financiamentos e outros apoios, motivação social, filantrópica, religiosa e alternativa bem como qualificação.

As atividades econômicas desenvolvidas pela associação são: serviços relacionados à agricultura, cultivo de cereais para grãos, criação de animais e o cultivo de hortaliças, legumes e produtos da horticultura.

Os produtos ou serviços são destinados ao autoconsumo dos sócios (as) e a parte restante é vendida ou trocada. A venda ocorre diretamente ao consumidor e também a revendedores e atacadistas, como forma de arrecadar recursos para a associação. A divulgação desses produtos e serviços é feita por meio das Rádios locais (comercial e comunitária), divulgação boca a boca e em eventos, tais como feiras e exposições.

Quanto à gestão, os sócios participam nas tomadas de decisões na eleição da diretoria, no processo de prestação de contas aos sócios em assembleia geral (reunião coletiva), tendo total acesso aos registros e informações do empreendimento e participam do plano de trabalho definido em assembleia que ocorre mensalmente.

O que é arrecadado pela associação é aplicado no pagamento das despesas e o que sobra é destinado ao Fundo de reserva e fundo de solidariedade. Como forma de remuneração, os associados desse empreendimento recebem por horas trabalhadas, alcançando, em média, meio salário mínimo.

A Associação atua em ações sociais e comunitárias, tais como educação, saúde, meio ambiente, alimentação e lazer (esporte, cultura, religião). O empreendimento desenvolve iniciativas voltadas à qualidade de vida do consumidor, ofertando produtos livres de agrotóxicos, incentiva e promove o consumo ético e o comércio justo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos, pode-se concluir que:

- Apesar de muitos associados residirem na zona urbana, os membros da comunidade do Sítio Feijão correspondem a 20%, havendo uma relação muito próxima entre o sítio e a associação, visto que foram moradores da região e têm familiares que residem na localidade.
- São disponibilizados cursos de capacitação para os associados, em parcerias com o SEBRAE e com a Prefeitura Municipal de Serra Branca, sendo esta uma forma de contribuir para o desenvolvimento local, com práticas sustentáveis.
- Aproximadamente 42% dos associados não concluíram o ensino fundamental, mais muitos gostariam de retomar os estudos (67% dos entrevistados), apesar das dificuldades. Constatou-se, também, que 12% dos associados sabem apenas assinar o nome.
- A maioria dos associados (95%) vive e trabalha na agricultura e, dentre as atividades, estão incluídas criação de animais, produção de hortaliças e fabricação de cercas.
- Nas práticas econômicas, o que é arrecadado pela associação (R\$ 5,00 de cada associado) é aplicado no pagamento das despesas e o que sobra é destinado ao fundo de reserva e fundo de solidariedade. A remuneração dos associados desse empreendimento é feita por hora trabalhada, alcançando, em média, meio salário mínimo.
- Os associados desenvolvem iniciativas voltadas à qualidade de vida do consumidor, ofertando produtos livres de agrotóxicos.

REFERÊNCIAS

- ANDRESSON, N. L. M.; FERREIRA, F. M.; GOMES, M. C.; HORNKE, N. F. **Será que o termo sustentabilidade não surgiu para manter, no espaço de tempo, a idéia de desenvolvimento hegemônico?**, Disponível em: www.coral.ufsm.br, Acesso: 08 de Julho de 2017.
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável, Revista Visões 4^a Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96**. Brasília. Ministério da Educação e Cultura, 1996.
- BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil, Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 48 set.-dez. 2011.
- CASAROTTO FILHO, N. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.
- CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1998, p.381-405
- DAGNINO, R. **A tecnologia Social e seus desafios**. Disponível em: www.ige.unicamp.br, Acesso: 01 de Agosto de 2016.
- DEMO, Pedro. A educação pelo avesso: assistência como direito e como problema. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- DEPONTI, C. M. et.al. **Estratégia para a construção de indicadores para a avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 3, nº 4, out/dez 2002.
- FERREIRA, C. G. **A economia popular solidária em Belo Horizonte: um estudo exploratório**. Texto de discussão n. 255. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- FRANCO, A. de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: MILLENNIM, 2000.
- FREIRE, A. M. A. **Paulo Freire: Uma História de vida**. 1^a Edição Editora Villa das Letras. Indaiatuba, SP. 2006.

FREITAS, M. de F. Q. **Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana**, Educ. rev., n.º. 29, Curitiba, 2007.

FURLAN, M. **Educação e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico: o caso de Guarapuava-PR – 1990 - 2007**. Anais da SIEPE – Semana de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e o projeto de outra mundialização**. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004a., p. 802.

GATTO, R. **Associativismo Rural**, Disponível em: www.pt.linkedin.com, Acesso: 17 de Junho de 2017.

GOMES, A. S. O desenvolvimento sócio-econômico e a educação, Disponível em: www.analisesocial.ics.ul.pt, Acesso: 05 de Julho de 2017.

GRAZIANO, 1998, José da Silva. **A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2 ed. Campinas: 1998**.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostras de domicílio – PNAD: 1997-2006. microdados (compact disc), rio de janeiro.

KISIL, M. **Organização social e desenvolvimento sustentável: Projetos de Base Comunitária**. In. IOSCHIPE, Evelyn Berg (et. al.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LDB, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**, Disponível em:

MACEDO, E., **Que queremos dizer com educação para a cidadania?**, 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora Legis, 2008.

MAIA, D. H. dos S.; CATIN, N. F.; FILHO, H. B. **As alternativas propostas pelo econômico e social, com sustentabilidade e geração de renda**. Disponível em: www.legacy.unifocef, Acesso: 10 de Julho de 2016.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. Fundação Perseu Ramos. São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, L. V. N. **Economia solidária e conjuntura neoliberal: desafios para as políticas públicas no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

- OLIVEIRA, R. **Mercado de Trabalho Informal: Um comparativo entre Brasil e Paraná.** (Mestrado). Paraná. 1999.
- PIES, W.; GRÄF, C. O. **Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Método Safe**, Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 794-80, mai-ago. 2015.
- POCHMANN, M. (organizador). **Reestruturação produtiva: perspectiva de desenvolvimento local com inclusão social.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- PROJETO ATIVAÇÃO, Disponível em: www.institutocenibra.org.br, Acesso: 08 de Julho de 2017.
- RAMOS, L. **A evolução da Informalidade no brasil metropolitano: 1991-2001.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- SÁ, C. A. F. **Economia Solidária em Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades.** Monografia (Especialização). Campo Grande: UNAES, 2005.
- SABADINI, M. de S.; NAKATANI, P. **Desestruturação e Informalidade do mercado de trabalho no Brasil:** Revista Venezolana de análisis de coyuntura, 2002, Vol VII, n. 2, jun 2002.
- SENAR - **Serviço nacional de Aprendizagem Rural Associações rurais: práticas associativas, características e formalização/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.** Brasília: SENAR, 2011.
- SILVA, E. de C. **Perspectivas dos alunos sobre a mediação pedagógica na modalidade a distância: um estudo de caso**, V Seminário Internacional de Educação à Distância, Disponível em: www.ufmg.br, Acesso: 08 de Julho de 2017.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego diagnóstico político e alternativo.** 7 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **A construção da Economia Solidária como alternativa ao capitalismo**, Disponível em: www.base.socioeco.org, Acesso: 45 de Julho de 2017.
- _____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA MARTINS de, M. C. (2000) Produtos orgânicos. In: Zylbersztajn, D., Neves, M.F. (Orgs). **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição.** São Paulo: Pioneira.

TEODÓSIO, A. dos S. O Terceiro Setor e a Provisão de Políticas Sociais: Desafios, perspectivas e armadilhas da relação entre a Organizações da Sociedade Civil e Estado de Minas Gerais. s.d.

www.planalto.gov.br, Acesso 15 de Junho de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos associados da ACAVESF.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
 – IUEES/UFPG
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE
 EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO.

1 IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Sexo: () masculino () feminino.

Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

Naturalidade: _____

Cor ou etnia:

() branca () preta () parda () amarela () indígena

Estado Civil

() solteiro(a) () casado(a) () vive maritalmente () divorciado(a) () viúvo(a)

() separado () outro _____

Que documentos você possui?

() Certidão de Nascimento () Certidão de Casamento () RG () CPF

() Carteira de Trabalho () PIS/PASEP () Reservista () Título de Eleitor

2 ESCOLARIDADE/PROFISSIONALIZAÇÃO

Escolaridade:

() Não estudou () Assina apenas o nome () Fundamental Incompleto

() Fundamental Completo () Médio Incompleto () Médio Completo

() Superior Incompleto () Superior Completo

Você estuda? () sim () não

Em caso negativo, gostaria de estudar ou voltar a estudar? () sim () não

Se sim, por qual o motivo não estuda? _____

Já participou de algum curso de capacitação?

() não () sim. Qual? _____

E seu(s) familiar(s)?

() não () sim. Qual? _____

Gostaria de participar de um/outra curso de capacitação?

() sim () não

Em caso afirmativo, qual(is)? _____

Por quê? _____

3 TRABALHO E RENDA

Já trabalhou?

() sim () não

Se sim, quando iniciou? _____

E qual(is) o(s) tipo(s) de ocupação ou função(ões) que desenvolveu? _____

Quais as facilidades encontradas no trabalho? _____

Quais as dificuldades encontradas no trabalho? _____

Desenvolve algum tipo de atividade/trabalho atualmente?

() sim () não

Onde? _____ Função: _____

Com Carteira de Trabalho assinada? () sim () não

Já contribuiu com o INSS (direta ou indiretamente)? () sim () não

Se sim, por quanto tempo? _____

Renda Individual (atual): _____

Qual é a origem da renda?

() aposentadoria () pensão () BPC () auxílio doença

() bolsa família () outros _____

4 FAMÍLIA

Quantas pessoas residem com você? _____

Alguém de sua família recebe:

() pensão/ aposentadoria/auxílio doença () BPC () bolsa família

() cesta básica () medicação () vale transporte () não recebe

() outros _____

Em caso afirmativo, quem faz a(s) doação(ões)?

() Governo Municipal () Governo Estadual () Governo Federal

() outros _____

Qual a renda mensal da família? _____

APÊNDICE B – Termo de livre consentimento apresentado aos entrevistados.**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Sr.(a)

Eu, Norma Margarete Sousa da Silva, como aluna do Curso de Pós Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase na Economia Solidária, da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campos de Sumé, sob orientação da Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima (Pesquisadora responsável).

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Atenciosamente;

Norma Margarete Sousa da Silva

Consentimento do voluntário

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente que os dados da pesquisa serão usados pela responsável com propósitos científicos.

Sumé, _____

Assinatura do participante _____